

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A hora da “DR”

O ato que o presidente da República planeja para 8 de janeiro, publicado em primeira mão pelo *blog da Denise*, no site do **Correio**, é tido no PT como a data provável de os Poderes terem “aquela conversa” em prol de um ajuste de conduta. A avaliação geral é a de que é preciso discutir a relação não dá mais para ficar essa troca de farpas e acusações.

Antecipação

O PT pretende emplacar a tarifa zero junto com o fim da escala 6x1 no primeiro semestre de 2026. Partidos de centro têm dificuldade em se posicionar contra as propostas, principalmente quando entrarem em ano eleitoral. E é nessa pressão popular que o partido de Lula está apostando para aprovar as duas medidas antes das eleições.

Enquanto isso, no PL...

Dividido e com seu líder, Sóstenes Cavalcante, e outros deputados obrigados a se explicar, o partido de Jair Bolsonaro apostará no discurso de perseguição política. Depois da prisão do ex-presidente, da violação da tornozeleira, das cassações de Eduardo Bolsonaro, Carla Zambelli e Alexandre Ramagem, é a narrativa que resta. Associado a isso, virão também citações frequentes do filho de Lula e da mulher do ministro Alexandre de Moraes.

A data para Lula crescer

Nas conversas da última semana, líderes e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva apostaram que, a partir de fevereiro, o petista terá mais fôlego nas pesquisas de intenção de voto. Isso porque quem tem carteira assinada e ganha até R\$ 5 mil receberá o primeiro contracheque sem retenção de Imposto de Renda na fonte, uma vez que, em 2026, passa a valer a isenção para essa faixa de renda. E ainda virá o desconto do IR para quem recebe até R\$ 7.350 mensais. No PT, diz-se que é dinheiro em pleno carnaval para a cervejinha e a picanha.

Para completar/ Essa isenção será reforçada nas redes sociais e não está descartada a boa-nova “ao vivo e em cores” na telinha, na virada do ano, na mensagem presidencial. Lula vai bater bumbo onde puder e estiver.



Dois movimentos, um banco

Enquanto o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) apadrinhado do PP e de vários partidos políticos, Jonathas de Jesus, cobra explicações do Banco Central sobre a liquidação do Master, o senador Izalci Lucas (PL-DF) vai pedir ao BC todos os documentos sobre a empresa de Daniel Vorcaro para colocar a boca no trombone. O parlamentar quer ver cada empréstimo e investimento do Master.

CURTIDAS

Bagunçou geral/ O ex-governador e ex-ministro Ciro Gomes tornou-se o motivo da principal preocupação do governo petista no Ceará. Em duas pesquisas divulgadas nesta semana, Ciro, de volta ao PSDB, lidera a disputa para o governo estadual. Para se ter uma ideia da preocupação do PT, já tem gente dizendo que o ministro da Educação, Camilo Santana, precisa ser o candidato.

Ed Alves/CB/DA.Press



A vice dos sonhos/ No cafezinho do Senado, o senador Efraim Filho (União-PB, **foto**), cumprimenta a senadora Tereza Cristina (PP-MS) assim: “Minha vice-presidente favorita em qualquer tempo”. É o nome que todos os partidos de centro e de direita gostariam que assumisse a vaga numa chapa ao Planalto. Outro senador brinca: “Só falta o Lula chamar a Tereza”.

Invasão milionária/ O conjunto da Península dos Ministros que abriga as residências oficiais da Câmara e do Senado virou uma invasão total de área pública. Os portões chegam ao meio da rua, com pouquíssimo espaço, inclusive, para manobras de carros. Até aqui, ninguém foi até lá bater na porta para derrubar a ocupação irregular dos poderosos.

Pausa/ Saio por uma semana, mas a coluna, como sempre, não vai parar. Nesta semana natalina estará sob a batuta da repórter Luana Patriolino. Um Natal de saúde, harmonia e amor para todos.

INVESTIGAÇÃO

Mineração: Toffoli manda soltar presos

Grupo criminoso usava empresas de fachada e servidores públicos para explorar minério de ferro sem licença

» ALICIA BERNARDES

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli determinou a revogação das prisões preventivas de quatro investigados na Operação Rejeito, que apura a atuação de uma organização criminosa no setor da mineração em Minas Gerais. A decisão, assinada na sexta-feira, beneficia o ex-delegado da Polícia Federal Rodrigo de Melo Teixeira, o ex-deputado estadual mineiro João Alberto Paixão Lages, além de Helder Adriano de Freitas e Alan Cavalcante do Nascimento, apontado pela PF como chefe do grupo criminoso.

Deflagrada em setembro, a força-tarefa identificou um esquema estruturado para a extração ilegal de minério de ferro em áreas sem licença ambiental, inclusive, em regiões de alto valor histórico e ambiental, como a Serra do Curral, em Belo Horizonte. Segundo as investigações, a organização utilizava empresas de fachada registradas em nome de “laranjas” e contava com a participação de servidores públicos e articulações políticas para viabilizar as atividades ilícitas.

Medidas cautelares

Na decisão, Toffoli manteve a validade dos atos praticados pela 3ª Vara Criminal da Justiça Federal em Minas Gerais e reconheceu a existência de indícios contra os investigados. Ainda assim, o magistrado avaliou que a substituição da prisão por medidas cautelares é suficiente para garantir a aplicação da lei penal, a

Andressa Anholette/SCO/STF



Ministro decidiu por medidas cautelares em vez de prisão preventiva

preservação da ordem pública e econômica e o regular andamento da instrução criminal.

Com isso, os quatro investigados passarão a cumprir obrigações como o uso de tornozeleira eletrônica, entrega do passaporte, proibição de se ausentarem do país e da comarca onde residem, além de recolhimento domiciliar no período noturno. Ao todo, a operação havia cumprido 15 dos 17 mandados de prisão expedidos inicialmente, segundo fontes ligadas à investigação.

Segundo a Polícia Federal, o esquema funcionava a partir da obtenção de autorizações para serviços

de terraplanagem, que, na prática, eram usadas como fachada para a extração irregular de minério de ferro. Documentos teriam sido fraudados para viabilizar as atividades, enquanto servidores públicos recebiam propina para acelerar processos e liberar licenças ambientais e autorizações de mineração.

Os investigados beneficiados pela decisão haviam sido presos no dia da deflagração da operação, em 17 de setembro. Três deles chegaram a ser transferidos para o presídio federal de segurança máxima de Campo Grande (MS), mas posteriormente retornaram ao sistema prisional mineiro.

